

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO
PARA A FORMAÇÃO DO EDUCANDO**

36º ENANGRAD

RESUMO

A educação financeira (EF), atualmente, se tornou um fator indispensável para o desenvolvimento do cidadão brasileiro, devido à complexidade da economia no Brasil. O ensino médio, por sua vez, desempenha um importante papel na formação dos jovens para viver em sociedade. Neste viés, o objetivo desta pesquisa é verificar a importância da educação financeira no processo de formação dos alunos do ensino médio na cidade de Doutor Severiano/RN. A pesquisa caracterizou-se como descritiva e exploratória com abordagem quantitativa, por meio de um levantamento (*survey*), sendo de natureza aplicada. O instrumento foi um questionário adaptado com tópicos que abordaram o perfil e o nível da EF dos discentes e a importância da EF para os mesmos. Os resultados obtidos explicitaram um perfil com hábitos prejudiciais à saúde financeira e um nível de EF com médias baixas e pouca progressão comparando os alunos do 1º e 3º ano. Além disso, mostrou que a escola não promove ações que tragam educação financeira aos discentes, mesmo que haja reconhecimento dos alunos da importância e interesse nas temáticas relativas. Dessa forma, o presente estudo contribuiu para o entendimento da situação da EF no ensino médio, ressaltando a importância de abordá-la nessa etapa de ensino, proporcionando novos direcionamentos para a educação, com revisão na abordagem da temática.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Médio; Formação.

ABSTRACT

Financial Education (FE), nowadays, has become an indispensable factor in the development of Brazilian citizens, due to the complexity of the economy in Brazil. High school, in turn, plays an important role in shaping young people to live in Society. In this sense, the objective of this research is to verify the importance of financial education in the training process of high school students in the city of Doutor Severiano/RN. The research was characterized as descriptive and exploratory with a quantitative approach, through a survey, with applied nature. The instrument was an adapted questionnaire with topics that addressed the students' FE profile and level and the importance of FE for them. The results obtained highlighted a profile with habits detrimental to financial health and a level of financial education with low averages and little progression when comparing 1st and 3rd-year students. Furthermore, it showed that the school does not promote actions that bring financial education to the students, despite recognition by the students of the importance and interest in related topics. Thus, this study contributed to understanding the situation of financial education in high school, emphasizing the importance of addressing it at this

stage of education and providing new directions for education, with a review of the approach to the topic.

Keywords: Financial education; high school; formation.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a educação financeira se tornou indispensável para o desenvolvimento do cidadão brasileiro, uma vez que a economia passou a ser mais complexa, simples conhecimentos intuitivos tornaram-se insuficientes para garantir qualidade de vida financeira para os brasileiros (Gouveia, 2019).

Devido a essa complexidade, a educação financeira virou um obstáculo para aqueles que procuram informações através da internet. Justamente porque essa forma de educação necessita de uma análise crítica para identificação dos conteúdos confiáveis, visto que a internet dispõe de uma quantidade absurda de resultados, e para que o cidadão tenha o discernimento é necessário ter o conhecimento básico de finanças, para não se submeter a informações de terceiros infundadas e possam aprender a tomar decisões baseadas nos seus objetivos próprios (Gouveia, 2019).

Partindo dessa necessidade de letramento financeiro para viver em sociedade, a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, indica que a educação deve ser o alicerce assegurado pelo Estado e pela família, objetivando o desenvolvimento da pessoa, o preparo para exercer o papel de cidadão e qualificação no trabalho (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, acrescenta que no ensino médio deve ser realizada "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores" (Brasil, 1996).

Tal necessidade é reconhecida por Caproni (2013), que inclui a educação financeira no ensino básico como ferramenta essencial para o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade, tanto na vida profissional, como na vida pessoal. Justamente porque, segundo Delafrooz e Paim (2011), sem conhecimento financeiro ocorrem comportamentos indesejados, compulsão de consumo, gerando endividamento e levando a doenças como a ansiedade, estresse e insegurança. Assim, impacta em várias camadas da vida do indivíduo, refletindo também no trabalho e produtividade.

Vale ressaltar ainda que, segundo o Serasa (2024), em abril de 2024 foram totalizados 73,42 milhões de brasileiros em situação de inadimplência representando um aumento de 0,72% em relação ao mês anterior. Isso mostra que a população brasileira permanece às margens do endividamento, com pouco conhecimento de gestão dos recursos financeiros que tem, e com

tendência crescente. Com um dado tal elevado, fica evidente a necessidade de educação financeira para os brasileiros.

Dessa forma, o presente trabalho busca responder ao seguinte questionamento: **“Qual a importância da educação financeira no processo de formação dos discentes do ensino médio na cidade de Doutor Severiano/RN?”**. Tendo por objetivo principal verificar a importância da educação financeira no processo de formação dos alunos do ensino médio na cidade de Doutor Severiano/RN e objetivos específicos de: a) traçar o perfil dos alunos do ensino médio na cidade; b) identificar o nível de conhecimento dos discentes sobre educação financeira; e c) analisar a importância da educação financeira no ensino médio para os discentes.

Tal pesquisa justifica-se ao para enfatizar a necessidade da educação financeira, desde o ensino médio, e providenciar a formação de jovens com preparo para a introdução no Sistema Financeiro Nacional e gestão das próprias finanças pessoais. Sendo assim, abrirá possibilidades para revisão da grade de nível médio, visando o desenvolvimento do cidadão e a redução de inadimplentes no Brasil. Além disso, é capaz de providenciar novos direcionamentos para a educação na cidade de Doutor Severiano/RN e municípios de mesmo porte.

2. Fundamentação teórica

2.1 Educação Financeira: Conceito e Importância

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define por Educação Financeira (EF) o processo pelo qual investidores/consumidores financeiros amplificam seus conhecimentos acerca dos conceitos, riscos e produtos financeiros, através de informação, instrução e conselhos objetivos, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e confiança para se tornarem mais preparados para riscos e oportunidades relacionadas ao manejo do dinheiro, sendo capazes de decidirem assertivamente, conhecerem as fontes de suporte e tomarem outras ações efetivas para melhorar o próprio bem-estar financeiro (OECD, 2005).

De forma análoga, Olivieri (2013) define a EF como um processo individual de aprendizado que busca desenvolver a capacidade do ser humano de tomar decisões responsáveis, no que envolve o uso do dinheiro, para manter uma vida equilibrada, sendo ensinada através de vivências e experiências.

Teixeira (2015) cita alguns exemplos de elementos que podem influenciar nas escolhas dos consumidores quanto ao consumo de produtos financeiros, destacando a ciência dos direitos dos consumidores; o conhecimento dos lugares capazes de esclarecer dúvidas e aconselhar sobre finanças pessoais; e a capacidade de usar os conhecimentos financeiros para negociar com agentes observando as próprias necessidades e interesses.

Para ele, o uso da EF permite a preparação de situações de baixa previsibilidade, diminuindo os riscos de exclusão financeira, caracterizada pela dificuldade de acesso e uso dos produtos financeiros.

A EF inclui conhecimentos acerca do funcionamento de uma conta bancária, uso de cartão de crédito, obtenção de descontos em compras à vista e evitamento de acúmulo de dívidas. É capaz de ajudar na ciência das diversas fontes de rendimentos/investimentos e utilização de uma reserva de emergência. De maneira geral, proporciona um novo viés para o equilíbrio orçamentário ao se deparar com situações cotidianas que exigem entendimento prévio, tais quais a aquisição de um imóvel, financiamentos e aposentadoria (Figueiredo; Begosso, 2020).

São diversas formas de se adquirir conhecimento financeiro, segundo um estudo realizado por Bernhard et al. (2023) em escolas de ensino médio do Amazonas, foi identificado a escola como principal fonte, segundo os autores, as escolas estudadas começaram a implantar o conhecimento financeiro na grade, seguindo a BNCC. Outra fonte é a internet, que segundo Gouveia (2019), é uma forma que necessita criticidade para discernir o correto e em concordância com os objetivos próprios, devido a grande quantidade de resultados. Além dessas, a educação proporcionada pela família também exerce influência, visto que segundo Ewald (2011), esta deve ser a principal responsável, por representar o exemplo para os jovens, educando no contexto em que está inserido.

A deficiência de conhecimento financeiro tem ligação direta com a dificuldade de formação de patrimônios e criação de reservas financeiras das pessoas, causando também o endividamento, por isso, desenvolver a capacidade de pelo menos as noções básicas de educação financeira proporcionam uma perspectiva melhor no equilíbrio orçamentário familiar (Brito et al. 2012).

Segundo Brito et al. (2012) algumas variáveis mostram a importância do desenvolvimento de EF, sendo estas: a disponibilidade de crédito, fator atrelado ao risco de endividamento, pois estimula o consumo, sendo necessário compreensão e conscientização das taxas, prazos e limites; o superendividamento e o consumo, causado principalmente pela má gestão financeira, o desemprego e o consumo exacerbado motivado pelas mídias e o governo; e a diversidade de serviços bancários, com a disponibilidade de recursos que podem representar oportunidades de investimento, empréstimo, seguros e consórcios, porém podem levar a prejuízos na saúde financeira, devido a possível inadimplência e a dificuldade de cancelamento do serviço.

É importante entender também conceitos como a inflação, que, de acordo com Dias (2016), é um fenômeno que causa diversas consequências na economia do país, citando principalmente: o aumento generalizado dos preços; a desvalorização monetária; aumento na carga tributária de investimentos; e elevação das taxas de juros. Além disso, a autora cita que

tudo isso pode interferir e prejudicar o planejamento financeiro de uma família, quanto à decisão de alocar a renda para o consumo.

Lucci (2006), por sua vez, expõe algumas consequências da falta de educação financeira, enfatizando duas perspectivas: a de bem-estar pessoal, com decisões capazes de comprometer o futuro, seja na falta de organização das despesas domésticas ou na inclusão do nome no Serasa ou SPC, prejudicando o consumo e a carreira profissional; e a de bem estar da sociedade, possibilitando o comprometimento dos sistemas públicos ou ocasionando a criação de políticas públicas de correção.

Para Becker (2024), os jovens têm maior probabilidade de adquirir problemas financeiros, devido a facilidade e exposição ao consumismo no contexto social, justamente porque esse grupo busca a adequação ao ambiente em que está inserido, para terem o sentimento de pertinência e serem aceitos. Com isso, fica evidente a indispensabilidade da EF para o cidadão comum e principalmente para o público mais jovem, Teixeira (2015) ressalta que esse tema deve ser incluído na educação básica desde as séries iniciais.

De Carvalho e de Souza Pereira (2023), fortalecem essa ideia, explicando que com o conhecimento possibilitado, os jovens e crianças irão entender melhor sobre a relação do trabalho com o salário, adquirindo a orientação necessária para a gestão e organização do próprio dinheiro, sendo capazes de controlar e planejar as despesas de forma segura e assertiva.

2.3 Educação financeira no Brasil

A discussão sobre educação financeira iniciou-se com a promulgação da LDB de 1996, que disserta em seu primeiro artigo que a educação deve abranger os processos de formação desenvolvidos no trabalho, na família, na convivência e organizações social, nas instituições de pesquisa e ensino e nas manifestações culturais, frisando o dever de vinculação com a prática social e o mercado de trabalho (Brasil, 1996).

Entretanto apenas com a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), pelo Decreto 5.685 de 25 de janeiro de 2006, foi que a educação financeira começou a ter um foco mais formal (Cordeiro; Costa; Da Silva, 2018).

O Coremec foi criado com o objetivo de coordenar e melhorar a participação dos órgãos pertencentes ao sistema financeiro federal e relativos à captação de poupança popular, constituído por membros superiores representativos do Banco Central do Brasil (BCB), do Ministério da Previdência Social, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC). As funções desses membros eram relacionadas com a adoção de medidas que permitissem o funcionamento correto dos mercados de capitais

e financeiro, o debate de iniciativas regulatórias para sintonizar suas atividades e o facilitamento da troca informacional entre seus membros e as organizações internacionais (Ribeiro, 2020).

Em 2007, o Coremec, objetivando aprimorar o nível de educação financeira dos brasileiros, criou o Grupo de Trabalho (GT) através da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007. O GT estava encarregado de propor a estratégia nacional de educação financeira, devendo ser desenvolvida com participação dos representantes governamentais, da sociedade civil e das iniciativas privadas (Cardozo, 2011).

O resultado do GT foi a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), promulgada através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, com a finalidade principal de “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010). Nesse decreto também determina a criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com a função de coordenar as ações e definir os planos e programas da ENEF, cuja composição inclui representantes da sociedade civil e membros dos órgãos públicos relacionados.

Segundo Cunha (2020) as ações da ENEF compreendiam dois tipos: as setoriais, com projetos desenvolvidos pelos órgãos componentes da Estratégia; e as transversais, coordenadas pela Associação de Educação Financeira (AEF), uma organização privada sem fins lucrativos. Tais ações foram organizadas em três tipos: Educação Financeira nas Escolas, Educação Financeira de Adultos e Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira.

Em 2013, a AEF estabeleceu uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) para propagação da Educação Financeira no ensino médio, selecionando escolas já participantes de outros programas federais. Definiu-se então a meta de expansão do alcance desse programa para 3 mil instituições de ensino no país para o biênio 2014-2015, ampliando as secretarias estaduais a adotarem a ENEF na educação (AEF, 2013).

Após a promulgação do Novo Ensino Médio em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, acrescentou a Educação Financeira entre as habilidades dos componentes curriculares. A BNCC trouxe de forma separada a Educação Financeira e a Matemática Financeira (MF), frisando a natureza política, cultural e social da primeira. Assim, não restringindo as aulas apenas ao ensino da matemática, incluindo uma contextualização e interdisciplinaridade (Brilhante, 2022).

Em 2020, a ENEF recebeu uma nova legislação com o Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, revogando o decreto de 2010. Nesse novo contexto, com a extinção da CONEF, criou-se o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), similar ao órgão anterior, com as competências de: i) estabelecer e implementar os princípios da ENEF; ii) divulgar as ações de

educação financeira, previdenciária, fiscal e securitária propostas; iii) compartilhar as informações sobre as ações produzidas para visualizar chances de articulação; e iv) promover a interlocução entre os órgãos públicos e as instituições privadas, de forma a proporcionar novas ações (Brasil, 2020). O decreto ainda determina a forma de composição do FBEF e institui a autonomia de criar grupos de trabalho em prol da examinação de assuntos específicos e o fornecimento de auxílio técnico.

Com a nova legislação, através do comunicado Nº 1/2021, de 20 de maio de 2021, a FBEF estabeleceu seis princípios da ENEF, sendo: i) atuação fixa em âmbito nacional; ii) predominância do interesse público; iii) atuação através da formação, orientação e informação; iv) desenvolvimento de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas; v) revisão e avaliação das ações executadas; e vi) proibição de serviços e produtos nas ações relativas à educação financeira (Brasil, 2021).

3. Metodologia

No presente trabalho buscou-se verificar a importância da educação financeira para os discentes matriculados no ensino médio na cidade de Doutor Severiano/RN, observando o nível de conhecimento dos alunos, o perfil e a importância destinada a temática. Nessa conjuntura, quanto aos fins da pesquisa, é classificada como descritiva e exploratória. Descritiva, pois segundo Gil (2023) se trata do detalhamento e descrição de uma população ou fenômeno; e exploratória, seguindo o mesmo autor, por buscar mais intimidade com a temática trabalhada no ambiente em que está inserida. Descreva a abordagem da pesquisa (qualitativa, quantitativa ou mista), o tipo de estudo, os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como a justificativa para as escolhas metodológicas.

Em relação à natureza da pesquisa, é classificada como aplicada, por produzir conhecimentos que envolvam a realidade de um local e têm aplicação prática (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto aos procedimentos, foi realizada através de um levantamento das informações requeridas, se apresentando de tal forma, devido a adoção de métodos que implicam no questionamento direto dos membros pertencentes ao objeto da pesquisa cujo deseja-se conhecer (Gil, 2023). Na abordagem, por sua vez, optou-se pela análise quantitativa dos dados, através da quantificação na coleta e no tratamento estatístico das informações (Richardson, 2011)

O universo da pesquisa compreende os discentes de uma escola de ensino médio presentes na cidade de Doutor Severiano/RN, havendo uma quantidade de 270 estudantes matriculados, porém para a realização da pesquisa foram selecionados apenas os discentes dos primeiros e terceiros anos em todos os turnos (matutino, vespertino, integral e noturno), delimitando

a população-alvo para 161, representando uma amostragem não-probabilística intencional, com o critério estabelecido de turmas iniciais e finais na escola. Classifica-se de tal forma pois segundo Prodanov e Freitas (2013), tal classificação é usada quando seleciona um subgrupo para representar os demais com conhecimento prévio.

A coleta de dados deu-se utilizando um instrumento adaptado (Apêndice A), combinando os questionários de Trevisan et al. (2007), de Sousa Araújo (2020) e Ferreira e Castro (2020). A primeira parte abordando a importância da educação financeira e a caracterização dos discentes utilizando questões de múltipla escolha e a segunda parte identificando o nível de conhecimento dos estudantes com questões utilizando a escala *Likert* de 5 pontos. O pré-teste foi realizado no dia 02 de maio de 2024, com 10 alunos de uma turma de 2º ano da escola selecionada, não houve intercorrências ou dúvidas durante o teste.

A aplicação do questionário foi realizada *in loco*, entre os dias 06 e 09 de maio de 2024, através da visita a escola onde os estudantes se encontravam. Dos 161 definidos, apenas 128 responderam os questionários, os demais não participaram por motivos de ausência, transferência e opção.

Para o tratamento e análise dos dados, foi utilizado a estatística descritiva, identificando e utilizando a contagem e frequência de repetição dos valores. Além disso, para algumas questões os dados foram tratados através de médias, utilizando a escala *likert* de 5 pontos, associando as respostas “Muito pouco/Nada”, “Pouco”, “Razoável”, “Muito” e “Totalmente”, respectivamente aos valores de 1, 2, 3, 4 e 5, dessa forma foi identificado o nível médio de conhecimento dos estudantes sobre os conteúdos referentes à educação financeira e alguns outros pontos para discussão relativos à importância.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Perfil socioeconômico e financeiro dos respondentes

Inicialmente foi realizado um levantamento das informações principais dos membros pertencentes ao grupo selecionado, para entender os aspectos socioeconômicos e algumas características da gestão financeira presentes neles. Nota-se equilíbrio entre a quantidade de respondentes do sexo masculino (49%) e feminino (51%), quanto ao estado civil, percebe-se a presença majoritária de solteiros em ambos os sexos (88% no total geral).

Observa-se uma quantidade superior de estudantes com idade entre 15 e 18 anos (78,9%). Em relação à renda é notório que a maioria possui uma renda familiar inferior a 1 salário mínimo (43,8%) e uma quantidade significativa desconhece a renda da família (34,4%).

A respeito do grau escolar, em sua maioria foram estudantes do 1º ano, representando quase 60%. Em relação ao turno, a maioria estuda no turno vespertino (50,78%), e o turno noturno conta com uma pequena parcela (14,07%) representativa em ambas as séries escolares.

Os estudantes, a maior parte obtém renda através de auxílios do governo (43,0%), justificado pela quantidade de famílias de renda inferior a 1 salário mínimo, que têm assistência de programas como o pé-de-meia (Brasil, 2024). Além disso é notório que o suporte financeiro da família é bastante presente, isso se justifica pela maioria dos respondentes ainda terem em grande maioria idades entre 15 e 18 anos.

Em relação à necessidade de auxílios, mostra que há quantidade majoritária de membros com baixa renda. Em relação à forma que controlam seus gastos, ficou evidente que a maioria (51,6%) não realiza o controle de gastos de nenhuma maneira. Lucci (2006) traz que a falta de controle de despesas é uma das perspectivas da falta de educação financeira que pode trazer consequências para o bem-estar social, prejudicando o consumo e a vida profissional.

Em relação à fonte de educação financeira para os estudantes, é notório que em sua maioria optam pelas informações da internet (37,5%) e família (27,34%), deixando a escola em terceiro plano, em que apenas 16,41% veem a escola como fonte principal de conhecimento financeiro. Nesse ponto, reforça a descrição da BNCC de 2018 que Brilhante (2022) realizou, na qual o documento trouxe a Educação Financeira como habilidade interdisciplinar a ser incluída. Nota-se assim, que a EF não é tão visualizada no ensino médio como no estudo de Benhard (2023). A prevalência da internet, expõe o alerta de Gouveia (2019) sobre a necessidade de criticidade para ter discernimento dos conteúdos financeiros. No que tange à família, considerar, segundo Ewald (2011), a responsabilidade do exemplo que é proporcionado, dependendo, assim, do contexto em que a família está inserida.

Ao indagar sobre ter contas bancárias, notou-se que a maioria possui contas (59,37%) divididas, principalmente, entre correntes (30,47%) e poupança (26,56%), vale salientar que 40,63% não possuem. Durante a coleta foi perceptível a dificuldade em diferenciação dos dois tipos de conta, pois muitos alertavam ter contas, mas não saber como classificá-las, pedindo suporte para entendimento. Figueiredo e Begosso (2020), incluem o conhecimento bancário como um tópico da EF a ser tratado, pois o devido conhecimento proporciona auxílio no equilíbrio orçamentário.

Em relação à posse de cartão de crédito, foi possível perceber que a maioria não tem (83,6%), em parte por não possuir conta bancária, porém aqueles que apresentam, segundo Brito et al. (2012), devem entender a disponibilidade de crédito para não correr risco de endividamento e compreender as taxas de juros existentes. No que tange às dívidas dos estudantes, foi observado que a maioria não tem (72,66%).

Denota-se assim que os estudantes não estão incluídos nos dados divulgados pelo Serasa 2024, no que se refere a brasileiros inadimplentes. As poucas dívidas que possuem são nos empreendimentos locais.

4.2 Nível de educação financeira dos discentes

O nível de educação financeira (EF) dos alunos foi determinado a partir da média do conhecimento sobre diferentes temáticas, com base no instrumento de Trevisan et al. (2007). A Tabela 1 apresenta os resultados comparativos entre os alunos do 1º e 3º anos do ensino médio, indicando médias gerais entre 2 e 3 pontos — classificadas entre pouco e razoável, o que demonstra baixo conhecimento em EF. Ainda assim, nota-se certa evolução no 3º ano, embora insuficiente para atingir um nível satisfatório.

Tabela 1 – Comparação do nível de Educação financeira dos discentes do 1º e 3º anos

Valores	1º Ano	3º Ano	Diferença
Juros em compras parceladas	2.49	2.57	+0.09
Vantagens e desvantagens de compras à vista e a prazo	3.09	3.11	+0.02
Empréstimos bancários	2.00	2.06	+0.06
Formas de investir seu dinheiro	2.49	2.91	+0.42
Elaborar orçamentos	1.95	2.41	+0.46
Os impostos e tributos brasileiros	1.70	2.02	+0.32

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As variáveis com maior crescimento foram Elaborar orçamentos (+0,46), Formas de investir o dinheiro (+0,42), Direitos e deveres do consumidor (+0,44), Inflação (+0,41) e Impostos e tributos brasileiros (+0,32), evidenciando ganho de conhecimento, embora ainda em nível insuficiente.

Por outro lado, temas como Empréstimos bancários (+0,06), Vantagens e desvantagens de compras à vista e a prazo (+0,02), Juros em compras parceladas (+0,09), Importância de seguros (+0,15) e Ações na bolsa de valores (+0,11) apresentaram pouca evolução, mantendo médias baixas, abaixo de 2,00 em alguns casos.

Destaca-se que Elaborar orçamentos e Formas de investir chegaram ao nível "razoável" no 3º ano, o que sugere um progresso limitado, porém relevante para a formação financeira dos alunos. Já temas como Empréstimos, Seguros e Ações na bolsa permanecem críticos, indicando lacunas significativas no conhecimento. Autores como Brito et al. (2012) e Figueiredo e Begosso (2020) reforçam a importância de tais conteúdos para evitar endividamentos e preparar os jovens para decisões financeiras conscientes.

Em síntese, embora haja avanços pontuais, os resultados revelam a necessidade urgente de ampliar o ensino de educação financeira no ensino médio, com atenção especial às áreas que continuam com baixo nível de compreensão.

4.3 Análise da importância da educação financeira no ensino médio

Inicialmente, para entender a importância da EF no ensino médio, foi questionado sobre a presença de algum evento ou disciplina que trata sobre educação financeira na escola, em que os estudantes quase unanimemente responderam não (97,7%).

Isso mostra que a escola não aborda conteúdos relativos à área financeira com constância e solidez, o que também é capaz de justificar a pouca variação nas médias dos estudantes com o passar dos anos, como denotado no nível de educação financeira encontrado e a homogeneidade de médias entre as séries analisadas. Infere-se que, a contextualização e interdisciplinaridade da educação financeira nos conteúdos da grade do ensino médio, citada por Brilhante (2022), não são visualizadas pelos estudantes.

A opinião média em relação ao auxílio do ensino médio na educação financeira é representada por um valor inferior a pouco em ambas as séries, no 1º ano observa-se uma média 1.66, enquanto no 3º ano 1.50. Para os alunos o ensino médio pouco ajudou a adquirir conhecimentos sobre educação financeira. Em relação ao gosto por temas da área, é perceptível um interesse mediano em ambas as séries acima do razoável, com médias 3.07 e 3.30, para, respectivamente, o 1º e 3º ano. Isso denota que muitos alunos apesar de não haver abordagem na escola, despertam interesse nos conteúdos da EF. Já no que diz respeito à importância da Educação Financeira para formação profissional, é notório o reconhecimento dos alunos, classificando a variável, na média, entre Muito e Totalmente.

Isso demonstra que os alunos reconhecem a importância do tema e apresentam interesse em estudar temáticas relativas, mas é visto que não existem ações que possibilitem a ampliação do conhecimento sobre EF no ensino médio. Tal realidade precisa ser modificada para que os alunos adquiram educação financeira suficiente para que, assim como descrito por De Carvalho e de Souza Pereira (2023), eles entendam melhor sobre a relação do trabalho com o salário, tenham a orientação necessária para a gestão e organização do próprio dinheiro e sejam capazes de controlar e planejar as despesas de forma segura e assertiva.

5. Conclusão e Contribuições

A pesquisa teve como objetivo verificar a importância da educação financeira (EF) na formação dos alunos do ensino médio de Doutor Severiano/RN, considerando o perfil socioeconômico, o nível de conhecimento financeiro e a relevância atribuída à temática. Para isso, aplicou-se um questionário adaptado de Trevisan et al. (2007), Sousa Araújo (2020) e Ferreira e Castro (2020), contemplando 79,5% dos alunos dos 1º e 3º anos da escola investigada.

Os resultados evidenciaram a **necessidade de inserir a educação financeira no ensino médio**, pois os estudantes apresentam baixo nível de conhecimento sobre o tema, apesar de possuírem contas bancárias e hábitos que podem comprometer sua saúde financeira, como o não controle dos gastos. A internet e a família foram apontadas como principais fontes de aprendizado, superando o papel da escola.

Verificou-se, ainda, que os estudantes reconhecem a importância da educação financeira para a formação profissional e demonstram interesse em aprender mais sobre o tema. Contudo, faltam ações pedagógicas, disciplinas e eventos voltados à temática, o que reforça a **baixa contribuição da escola** para a formação financeira dos jovens.

O estudo representa um retorno social relevante ao revelar a realidade da educação financeira no ensino médio, abrindo espaço para repensar os conteúdos e práticas educacionais, de modo a preparar melhor os alunos para a vida financeira cotidiana. Como limitações, destacam-se a ausência de alguns estudantes na coleta de dados e o pouco conhecimento prévio sobre os conceitos abordados.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o estudo para outras escolas do RN, considerando também as perspectivas de docentes e gestores, de forma a subsidiar **ações coletivas e integradas** que promovam o fortalecimento da educação financeira no ensino básico.

Referências Bibliográficas

AEF - Associação de Educação Financeira. Relatório Anual de Atividades 2013. São Paulo, 2013.

BECKER, Júlia. Como a educação financeira contribui para a autonomia e para a realização dos jovens brasileiros. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, p. 91-111, 2024.

BERNHARD, R.; FRAGA, E. A. G. .; MORAES, R. de P. G. .; CRUZ, A. N. .; RODRIGUES, B. de S. .; RIBEIRO, G. C. .; LIMA, L. da S. .; HOLANDA, R. M. de .; LOPES, S. F. M. .; BARBOSA, S. da S. .; SEIXAS, T. B.; SILVA, W. P. da .; FREITAS, S. R. S. . The knowledge of high school students from the interior of the state of Amazonas about financial education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. e18612240132, 2023.

BRASIL. Comunicado FBEF nº 1/2021, DE 20 de maio de 2021. Divulga princípios e diretrizes para a implementação da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 21 mai. 2021 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/comunicado-fbef-n-1/2021-de-20-de-maio-de-2021-321333672>. Acesso em: 02 de mar. de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília - DF: **Presidência da República**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de nov. de 2023.

BRASIL. Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 02 de mar. de 2024.

BRASIL. Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 02 de mar. de 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 03 de nov. de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394. Brasília - DF: **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 05 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 31 de jan. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis nº 9.394 e 11.494; revoga a lei nº 11.161. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 31 de jan. de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024: institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm. Acesso em: 11 de jun. de 2024.

BRILHANTE, Pollyana de Souza. Educação Financeira no Ensino Médio segundo os documentos norteadores e a realidade dos cem de araguaína. 2022. 57 f. **TCC (Graduação) - Curso de Matemática, Universidade Federal do Tocantins**, Araguaína, 2022.

BRITO, Lucas da Silva et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. 2012.

CAPRONI, Me Iracema Senise. A importância da educação financeira na formação do educando. **Revista pedagogia em foco**, v. 8, p. 48-55, 2013.

CARDOZO, J. S. Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária. 2011. 114 f. **Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília**, Brasília, 2011.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

DE CARVALHO, Josimauro Borges; DE SOUZA PEREIRA, Andreza. Uma revisão integrativa sobre a importância da educação financeira considerando os reflexos da pandemia de covid-19. **Journal of Education Science and Health**, v. 3, n. 1, p. 01-11, 2023.

Delafróoz, N. & Paim, L. H. (2011). Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, 5(24), 10092-10100.

DE SOUSA ARAÚJO, Dhieciane et al. A importância da educação financeira: um estudo no ensino profissionalizante. **Revista de Graduação USP**, v. 4, n. 1, p. 125-137, 2020.

DIAS, Cintia Teixeira. Educação Financeira: trabalhando com o conceito de inflação no Ensino Fundamental. 2016. 93 f. **Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2016.

EWALD, Luis Carlos. **Alfabetização Financeira**, Pinhais, v. 3, n. 47, p. 4-5, abr. 2011. Entrevista concedida a Revista Impressão Pedagógica.

FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Nível de conhecimentos dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 134-156, 2020.

FIGUEIREDO, Gabriele Barrilli; BEGOSSO, Luiz Carlos. Educação financeira: um jeito mais prático de aprender. **Revista Intelecto**, Assis, v. 3, p. 1-10, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2023

GOUVEIA, Rheila Cristina Borges et al. **Educação financeira no ensino médio**. 2019.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

OECD (2005), Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies, OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>. Acesso em: 03 de mar. de 2024

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. Educação financeira. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 18, p. 486-497, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. 13 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**, [s.d]. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 11 de jun. de 2024.

TEIXEIRA, James. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira. 2015. 160 f. **Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2015.

TREVISAN, R., MELLO, F. P. de, SILVA, T. M. da, CERETTA, P. S., & VISENTINI, M. S. (2007). A importância da aprendizagem de noções de finanças no ensino médio das escolas de Santa Maria-RS. **Revista De Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ**, 12(1).